

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS
(COMPILADORES)

LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA

Anais das IV Jornadas Internacionais de Problemas Latino-Americanos

Foz do Iguaçu
Imago Mundi / PPG - IELA UNILA
2015

Democracia, desenvolvimento capitalista e as lutas dos trabalhadores no Brasil (2013/2014)

Douglas Ribeiro Barboza¹⁷³; Jacqueline Aline Botelho Lima Barboza¹⁷⁴;

Emilia Oliveira Rodrigues¹⁷⁵; Fabiana da Conceição Timoteo¹⁷⁶

Daniele Cristina de Brito¹⁷⁷; Flávia Mauricio Figueiredo¹⁷⁸

Resumo

Partindo da compreensão das desigualdades históricas que presidem o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e da feição antidemocrática assumida pela revolução burguesa, a pesquisa busca investigar a relação entre a construção da democracia e as transformações societárias engendradas pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, resgatando as possibilidades de reflexão mediante as particularidades da formação histórica brasileira e os processos de resistência e luta dos trabalhadores pela construção de um espaço efetivamente público e democrático em nossa sociedade. A análise se fundamenta através do mapeamento dos conflitos sociais brasileiros ocorridos no período de 2013/2014, a partir do acompanhamento e seleção de notícias divulgadas em mídias impressa e digital que tratem dos desafios às lutas dos trabalhadores no conjunto de restrições democráticas e da negação da organização social para a defesa e ampliação de direitos.

¹⁷³ Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (DECISO/ICSA/UFOP). Coordenador do Programa de Estudos e Pesquisas em Lutas Sociais, Trabalho e Política no Brasil (PROLUTA) e do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP.

¹⁷⁴ Professora Assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF-Niterói). Pesquisadora associada do Programa de Estudos e Pesquisas em Lutas Sociais, Trabalho e Política no Brasil (PROLUTA) e do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP.

¹⁷⁵ Graduanda em Serviço Social pela UFOP. Bolsista de Iniciação Científica do projeto de Pesquisa “Democracia, desenvolvimento capitalista e as lutas dos trabalhadores no Brasil” (UFOP/PROBIC/FAPEMIG); e integrante do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP.

¹⁷⁶ Graduanda em Serviço Social pela UFOP. Bolsista de Iniciação À Pesquisa do projeto de Pesquisa “Democracia, desenvolvimento capitalista e as lutas dos trabalhadores no Brasil” (UFOP/PIP/); e integrante do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP

¹⁷⁷ Graduanda em Serviço Social pela UFOP. Bolsista de Iniciação Científica do projeto de Pesquisa “Lutas sociais e processos políticos no Brasil: mediações históricas da consolidação da ‘democracia vulgar’ na contemporaneidade” (UFOP/PIBIC/CNPQ); e integrante do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP

¹⁷⁸ Graduanda em Serviço Social pela UFOP. Bolsista de Iniciação à Pesquisa do projeto de Pesquisa “Lutas sociais e processos políticos no Brasil: mediações históricas da consolidação da ‘democracia vulgar’ na contemporaneidade” (UFOP/PIP); e integrante do Grupo de Estudos Marxismo e realidade brasileira - GEMARB/UFOP

Introdução

Florestan Fernandes (1975) nos esclarece que, na leitura do capitalismo brasileiro, é fundamental considerarmos a sua particularidade (o que é próprio das relações sociais brasileiras), e sua generalidade (encontrada na compreensão do capitalismo e seus fundamentos principais determinados pelas relações de exploração, apropriação privada etc.). Nesta direção, a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve ser buscada no mesmo fator explicativo do desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista. Isto é, em como se organizam as classes, como cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar ou extinguir determinado regime social de produção. (Ibidem).

A análise do capitalismo no Brasil nos remete a outros eixos de análise fundamentais, como, por exemplo, a questão do Estado e da democracia que institucionalizam, na região, a acumulação de capital na forma de uma dominação externa abastecida por uma dominação interna exercida não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população. (Cardoso, 1997). A forma selvagem em que se expande a acumulação do capitalismo na América Latina produz uma autocracia burguesa, sob os marcos de um capitalismo dependente que conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além do ataque aos direitos fora dos setores sociais dominantes. Para Florestan Fernandes (1975), seja na América latina ou nos “países centrais”, nas cidades ou no campo, as classes sociais, propriamente ditas, abrangem os círculos sociais que são de uma forma ou de outra privilegiados e que coexistem com uma massa de oprimidos, condenados ao desemprego sistemático e à exclusão cultural e política.

Segundo o autor (Ibidem), na particularidade da formação brasileira se gestam três funções centrais da dominação burguesa. Proteger e ampliar a força e o domínio do próprio poder burguês; ampliar e aprofundar o diálogo com o capitalismo externo das nações hegemônicas; e, ampliar e intensificar o controle do Estado. As duas primeiras se caracterizam no que o autor designa de uma espécie de *solidariedade de classe*, onde, essa relação acarreta fatores que irão inibir o próprio desenvolvimento capitalista interno e as ações (no âmbito econômico, político e sociocultural) da própria burguesia nacional. Dessa forma ocorre um acasalamento dos interesses burgueses nacionais e internacionais, fazendo com que a burguesia nacional se transforme em uma *burguesia pró-imperialista*, uma espécie de burguesia defensora do processo de acumulação do capital atual que determina, dentro dessa lógica, um *capitalismo dependente* nacional e que trava o próprio desenvolvimento capitalista interno. (Fernandes, 1975: 304 e 305). A ausência de um controle societário eficiente confere, ainda, “uma liberdade quase total à ‘grande empresa’, nacional ou

estrangeira, em todos os ramos de negócios, e à devastadora penetração imperialista em todos os meandros da vida econômica brasileira”. (Ibidem: 306)

Legalizados por esta democracia, os dominantes detém privilégios também na esfera política e pegam pra si todos os privilégios como se fossem direitos naturais. Esta burguesia não abre espaço para as demais classes se desenvolverem autonomamente como tais, tornando inviável uma ordem social competitiva e exercendo uma verdadeira ditadura burguesa permitida pela falsa democracia. O Estado capitalista aparece como fator fundamental para o desenvolvimento da classe burguesa, para a redução das desigualdades na recuperação dos direitos sociais, funcionais também às classes altas e médias no aumento da potencialidade de consumo das massas, no esfriamento das mobilizações. Porém, na busca do lucro a todo custo, a construção da nacionalidade e a autonomização não estão nos projetos das burguesias capitalistas-dependentes que se concentram na acumulação máxima do capital.

A partir desta situação, os níveis de exploração somados aos níveis de opressão e de exclusão dos direitos e do acesso ao poder alcançam tamanha proporção que não mais garantem na América latina a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente à sociedade de classes. Fernandes (1975) esclarece que não se trata de limitar-nos numa defesa da liberdade e da democracia, mas de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um Estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Longe de configurar-se num processo revolucionário com forte orientação democrática, nacionalista e voltada para o desenvolvimento interno autônomo, a burguesia, aqui, reforça os objetivos de construção de uma democracia divorciada dos interesses da classe trabalhadora, e universaliza seus interesses como sendo de toda nação, tendo o Estado como mediador. Compreendem-se nesse contexto, que as soluções políticas são orientadas por deliberações “de cima” para “baixo” e pela reiterada exclusão das classes subalternas, historicamente destituídas da cidadania social e política. Neste sentido, percebe-se que, sob vários aspectos,

[...] o que revela essa história é o desenrolar de uma espécie de contra-revolução burguesa permanente. Diante dos frequentes movimentos de ascenso popular, na cidade e no campo as classes dominantes respondem com a violência. Nem as conquistas democráticas básicas da própria burguesia são preservadas. Nesse sen-

tido, há uma contra-revolução burguesa que atravessa essa história. (Ianni, 1985: 20).

Re-institucionalização da democracia no Brasil em tempos de mundialização do capital.

É preciso lembrar que o processo de re-institucionalização da democracia desenvolvido na América Latina a partir dos anos 1980 pode ter representado um avanço político significativo na região, onde países com pouca ou nenhuma tradição democrática prévia passaram a reconhecer instituições e procedimentos que permitiram a inclusão formal de milhões de cidadãos no processo de escolha das elites políticas encarregadas das decisões coletivas. Entretanto, o modelo de democracia que se desenvolveu acabou se tornando efetivamente num mecanismo de governabilidade, preservando os conflitos na medida em que filtra e controla as demandas sociais até níveis tolerados pelo sistema, numa concepção de que somente com este referencial é que se pode assimilar a democracia com a governabilidade nos tempos atuais. É indubitável que esta debilidade congênita da democracia política nos países latino-americanos assumiu novos traços em decorrência dos “planos de ajuste estrutural” propostos pelas agências financeiras internacionais para superar os desequilíbrios macroeconômicos, financeiros e produtivos ocorridos em escala internacional desde os anos 1970, planos estes que foram implementados nas últimas décadas pelos governos democraticamente eleitos, e que, conforme já assinalado, implicaram - se analisados sob o ângulo da correlação de forças entre capital e trabalho - um incremento notável do poder econômico, social e político dos setores e grupos mais transnacionalizados do capital que são beneficiários diretos de processos de concentração e centralização, em paralelo ao *desastre social* imputado às massas trabalhadoras e às classes subalternas. Consubstanciado pelas (contra)reformas de cunho neoliberal, esse *ajuste* debilita exponencialmente as capacidades das instituições estatais em termos de ação e coordenação geral das políticas públicas, minando a ação do Estado como agente de desenvolvimento e integração social, de valorização e eficácia dos serviços públicos e do funcionalismo público, desmontando assim as bases da constituição dos atores sociais e da representação simbólica coletiva da comunidade política.

A efetiva mundialização da sociedade global é incorporada pelos grandes grupos industriais transnacionais, internacionalizando a produção e os mercados, aprofundando um desenvolvimento econômico diferenciado do desenvolvimento social, o que contribui para estruturar as rela-

ções de dependência entre nações no cenário internacional. De acordo com Chesnais (2000, p.13), no que tange o processo de mundialização do capital, “sua arquitetura tem principalmente por objetivo permitir a valorização em escala internacional de um ‘capital de investimento financeiro’, sobre uma vintena de mercados financeiros desregulados que desenham o espaço da ‘mundialização financeira’”. (Chesnais, 2000: 13). Nas palavras de Marilda Iamamoto (2007),

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras – bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos – que passam a comandar o conjunto de acumulação, configurando um modo específico de dominação social e político do capitalismo, com o suporte dos Estados Nacionais. (Iamamoto, 2007: 108).

Essas combinações fazem com que o desenvolvimento econômico fique ancorado nos baixos patamares de desenvolvimento social, restando para significativa parcela da população o aumento da miséria, das violações de seus direitos políticos sociais e civis. As particularidades que abarcam a inserção do Brasil no processo de mundialização financeira envolvem a modernização das forças produtivas e também as relações arcaicas de trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que se tem a expansão da riqueza também se expande as desigualdades sociais. Esse desenvolvimento capitalista assume características do passado, recolocando em novos patamares relações políticas, econômicas e sociais, onde se conforma um processo reiterativo de modernização conservadora (Martins, 1997).

Mandel (1985) discorre que no capitalismo tardio as crises atribuem, para o Estado, a função de administrá-las, utilizando-se, para isso, políticas voltadas para evitá-las, proporcionando garantias econômicas aos processos de valorização e acumulação. Ou seja, a mundialização do capital não suprime a necessidade de intervenção do Estado na reprodução dos interesses entre as classes e grupos sociais, apesar de modificar as condições de seu exercício, na medida em que aprofunda o fracionamento social e territorial. Conforme afirma Iamamoto (2007, p.122), “apesar do refrão neoliberal sobre o ‘declínio’ do Estado ou do mito de um ‘mundo sem Nações-Estados’, eles são estratégicos no estabelecimento dos pactos comerciais, dos acordos de investimentos, da proteção à produção mediante barreiras alfandegárias.”.

Neste sentido, a atuação do Estado brasileiro têm-se apresentado na manutenção e criação de novas estratégias para o pleno desenvolvimento da exploração capitalista. Um exemplo dessa dinâmica está no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que confirma e consolida o padrão de dependência da acumulação capitalista do país. As obras efetuadas pelo programa fornecem suportes energéticos, minerais, escoamento de produtos primários, dentre outras ações que atendem aos interesses econômicos do capital financeiro.

As obras do PAC fazem parte de um pacote internacional de medidas, no bojo do desenvolvimento capitalista mundial, pertencentes à “Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América Latina” (IIRSA), que basicamente, promove as condições de estrutura física necessária para os processos de globalização do capital. Neste cenário o Brasil assume características fundamentais com seu processo de re-primarização de sua economia para atender às necessidades do capital externo.

O mapa que está sendo desenhado pelo imperialismo na América Latina não pode ser compreendido sem examinar os interesses das frações locais da burguesia e de como essas frações manejam as políticas do Estado. Implica, na verdade, relações de dominação que se conjugam: dominação externa e dominação interna. Dominação externa que é abastecida pela dominação interna, a qual se exerce não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população. (Leher, 2009: p.64).

As fronteiras internacionais e nacionais passam por novos processos de demarcações para que o processo de globalização do capital financeiro possa perpetuar em todos os cantos do mundo. Esse novo mapa geográfico tem levado à mercantilização e à privatização da terra e suas riquezas naturais como a água, o minério, o ferro metais preciosos, o que força o desapossamento de povos tradicionais de seus territórios. De acordo com Cecenã (2005: p.43), “a complexidade do mundo contemporâneo apela para uma versatilidade de iniciativas e respostas capazes de assegurar o acesso garantido às fontes de recursos estratégicos, à mobilidade irrestrita do capital, ao uso e abuso da força de trabalho e ao estabelecimento de uma globalidade ordenada”.

Com as políticas desenvolvimentistas, a economia cresce, o Estado se fortalece e a classe subalternizada sustenta todo esse processo, destacando a dinâmica do desenvolvimento *desigual e combinado*, onde a distribuição de recursos favorece uma pequena parte da população em detrimento do contínuo processo de exploração da força de trabalho das massas. Neste cenário, “Moderniza-se a economia do aparelho do Estado, mas as conquistas sociais e políticas - ainda que

registradas no último texto constitucional - permanecem defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade, que se encontra na raiz da ‘prosperidade dos negócios’”. (Iamamoto, 2007: 140). O Estado garante as condições externas na organização e na dinâmica capitalista desde dentro da economia, onde, as funções políticas e econômicas se mesclam.

De fato o imperialismo levou à *refuncionalização do Estado*: sua intervenção na economia, direcionada para assegurar os superlucros dos monopólios, visa preservar as condições externas da produção e da acumulação capitalistas, mas implica ainda uma intervenção direta e contínua na dinâmica econômica desde o seu próprio interior, *através de funções econômicas diretas e indiretas*. (Netto, 2009: 203).

Dentro das investidas do capital financeiro e do Estado nacional, a conjuntura de retrocessos se faz presente em todos os âmbitos referentes aos enfrentamentos das expressões cada vez mais agudizadas da “questão social”. Presencia-se o aumento da violência e da criminalização das lutas das camadas mais subalternizadas, o corte de direitos e a redução dos recursos públicos destinados às políticas sociais, ao mesmo tempo em que se privilegia o comprometimento de boa parte do orçamento nacional para o pagamento da dívida pública. Em dados lançados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)¹⁷⁹, para o ano de 2014, cerca de 42% do orçamento interno está destinado ao pagamento dessa dívida. O que podemos observar sem muitos esforços é que a política estatal atual tende a permanecer com sua lógica voltada para atender as necessidades advindas do desenvolvimento econômico, independente das dificuldades e mazelas enfrentadas nas áreas sociais. Ivo Poletto (2014), traça a seguinte reflexão:

De fato, no sistema global comandado pelo capital financeiro e pelos governos que se submetem a ele, cabe ao Brasil e a outros países “em desenvolvimento” serem fornecedores das *commodities* que os países centrais necessitam. Por isso, manter a dívida como algo inquestionável significa submeter-se a essa distribuição internacional do trabalho e da produção, mesmo se isso agrava e eterniza as relações de dependência que favorecem aos países centrais e aos oligopólios multinacionais. (Poletto, 2014: p.9).

¹⁷⁹ Os dados estão disponíveis no link <http://www.brasildefato.com.br/sites/default/files/BDF_580_0.pdf>

Na medida em que se multiplicam as diversidades sociais, se desenvolvem as desigualdades, e o movimento da sociedade desenvolve de um lado a migração, o desemprego, a marginalização, o pauperismo etc. De outro, a reivindicação, o protesto e a revolta, manifestando os mais diversos problemas sociais. No curso das lutas sociais, as greves, reivindicações e sindicatos mostram a realidade da Questão Social. (Ianni, 2004). Cabe lembrar que, segundo Iamamoto (2011), é por meio das lutas sociais que a questão social passa a ser visualizada e considerada politicamente por ultrapassar o âmbito privado da relação entre capital e trabalho, impondo à esfera pública novas demandas pensadas e articuladas pela classe trabalhadora. E esse processo de conscientização política dessa classe passa a exigir a intervenção do poder estatal, que coloca em pauta, através das mobilizações e reivindicações, o reconhecimento e a legalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos.

A própria sociedade é vislumbrada como fábrica de desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. O fortalecimento do aparelho estatal e a prosperidade da economia parecem em descompasso com o desenvolvimento social. A situação degradante de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se com os negócios, com a reprodução do capital. Por outro lado, outros mecanismos ajudam a encobrir os reais mecanismos de dominação e subalternidade que o capital produz sobre o amplo contingente de trabalhadores, como por exemplo, a naturalização e criminalização da questão social. Esses fatores são pontos centrais da discussão acerca do desenvolvimento dos conflitos sociais no Brasil, compreendendo a relação capital X trabalho como cerne das desigualdades que os geram.

Breves considerações acerca dos conflitos sociais no Brasil ao longo do ano de 2013.

Dentre as lutas levantadas e analisadas (GEMARB, 2014), os Movimentos Sociais (levando em consideração a soma de movimentos urbanos e camponeses) foram os protagonistas que mais participaram e/ou organizaram as manifestações. Eles totalizaram, dentro do quadro de mapeamentos, 313 conflitos, o que representa 37% do total de manifestação levantadas. Ainda percebemos que as participações centrais destes Movimentos Sociais se gestaram dentro da região sudeste.

Tais Movimentos Sociais ainda se incluem dentro de lutas unificadas que foram protagonizadas por mais de um ator principal. Percebemos, também, que a articulação destes movimentos vem pautando um plano geral que envolve o duro combate contra os perversos impactos da acu-

mulação capitalista sobre a classe trabalhadora. Neste cenário de correlações de forças, os Movimentos Sociais vem contribuindo de forma significativa para manutenção de direitos e no enfrentamento contra as articulações burguesas. Estes movimentos apresentaram significativa participação principalmente nos meses de junho e julho, onde o país passou por um intenso processo de reivindicações. Os motivos principais de reivindicações deste grupo foram às lutas por transporte, saúde, educação, contra e/ou por políticas governamentais e por pautas unificadas.

No ano de 2013, os movimentos sociais do campo impulsionaram seu processo de luta por direitos, tendo como protagonista principal o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que representou 3,95% dos conflitos totais levantados. É importante destacar que esses conflitos representam as lutas que foram protagonizadas exclusivamente pelo MST, porém, este movimento também tem grande representatividade e participação em conflitos que envolveram outros protagonistas, tanto na esfera urbana quanto rural. Desta forma, ele se apresentou quantitativamente e qualitativamente como sendo um dos principais movimentos sociais a impor uma dinâmica de luta na realidade brasileira atualmente. Ao cruzar os dados referentes ao motivos que se apresentaram como principais reivindicações deste grupo, destacam-se: reforma agrária, direitos trabalhistas e contra (e/ou) por políticas governamentais.

Em relatório lançado no dia 28 de abril de 2014, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi divulgado a ocorrência de 1.277 conflitos no campo em 2013, sendo o MST e os assentados a categoria que somou 36% do total de pessoas que sofreram violência em luta pela terra. O que os dados apontam é que o país está longe de criar processos democráticos de acesso à terra e que os nós que envolvem a luta no campo estão cada vez mais inflados por índices elevados de morte, violência e miséria para aqueles que dependem da terra para sobreviverem.

Além do reconhecimento pela expressividade nas lutas pela reforma agrária, uma das lutas com forte participação do MST foi na campanha “Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo”, que envolveu diferentes atos. De forma geral, os manifestantes, de diferentes movimentos sociais, sindicalistas e ativistas ligados ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), exigiam a democratização da mídia brasileira e a promoção da pluralidade na imprensa. Os debates buscaram traçar novos rumos para efetivação de políticas de comunicação democráticas no país, sendo que o atual Código Brasileiro de Telecomunicações completou 50 anos.

Devem-se destacar, também, diversas ações, como, por exemplo, a 17ª Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, que ocorreu em setembro de 2013. Um dos principais pontos da campanha do FNDC é o Projeto de Lei da Mídia Democrática que busca através da colheita de assinaturas e outras mobilizações construir um novo marco regulatório pautado, dentre outros pontos, na ampliação da liberdade de expressão e no fim dos monopólios midiáticos.

Outras reivindicações que chamaram a atenção nas análises dos conflitos foram os atos protagonizados pelo Movimento Indígena, que representou 5,26% das manifestações levantadas, com maior ocorrência nas regiões norte e centro-oeste do país. Os principais motivos reivindicados foram: demarcação de território e contra (e/ou) por políticas governamentais. Dentro da realidade de luta deste segmento podemos perceber claramente os processos de desterritorialização de suas terras para a materialização de políticas governamentais neodesenvolvimentistas, incentivadas pelo governo junto aos grandes capitalistas, e ainda, a investida do agronegócio que, na realidade brasileira, têm-se mostrado com extrema violência levando ao extermínio de membros destes povos originários. Ao consultarmos o relatório da CPT, percebemos que, nos confrontos catalogados pela Comissão em 2013, houve 34 assassinatos e 243 agressões em diferentes estados do país. Dessas 34 pessoas mortas em consequência de conflitos no campo, 15 são indígenas. Ainda, de 15 vítimas de tentativas de assassinato, 10 são índios.

Se antes os índios lutavam pela ampliação de direitos, no atual cenário, a luta se concentra na resistência às investidas do capital financeiro e do Estado nacional. O Estado, através do aumento da morosidade dos processos de demarcações de terras, potencializou a emergência dos conflitos pela terra, o que foi evidenciado nas cronologias. Ainda, a união dos interesses entre o Estado, o agronegócio e as grandes multinacionais ligadas a setores energéticos e minerais, estão conferindo uma dinâmica que busca alterar direitos já garantidos para atender as necessidades do capital.

Outros protagonistas analisados foram os Sindicatos e as Federações de Trabalhadores, que foram subdivididas em Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário, sendo 0,83%, 2,87% e 17,36% a representatividade, na respectiva ordem, de cada setor, diante do total de conflitos levantados. Assim temos que o Setor Terciário, que incorpora os servidores públicos, rede privada e outros, foi o que mais se destacou, tendo como principais motivos de reivindicações a luta por direitos trabalhistas e pautas unificadas. Estes dados nos levam a confirmar que as mudanças do mundo do trabalho estão cada vez mais acirradas na realidade brasileira, com intensos processos de precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

Foram várias categorias, dentre elas com destaque as centrais sindicais, que ao longo de 2013 entraram em greve ou fizeram atos para manifestarem e exigirem melhorias nas condições de trabalho, reajuste salarial, plano de carreira, dentre outras reivindicações. Algumas categorias catalogadas foram: bancários; funcionários do correio; motoristas e cobradores de diferentes empresas de transporte; aeroportuários; caminhoneiros; servidores municipais e estaduais da educação e da saúde; ferroviários; metroviários; polícia civil; servidores públicos municipais; servidores penitenciários; agentes da polícia federal; peritos federais agrários; bombeiros militares; funcionários de diferentes empresas privadas; trabalhadores do judiciário; papiloscopistas; vigilantes e seguranças; trabalhadores da construção civil; escritôres etc.

Observamos, na análise desses conflitos, que boa parte das reivindicações envolvendo tais setores foram feitas de forma unificada, com algumas datas que tiveram relevância no cenário de lutas, como por exemplo, o 1º de maio, que reuniu milhares de manifestantes em diferentes estados do Brasil. Em julho de 2013, ocorreu o “Dia Nacional de Lutas”, que apresentou grande adesão de diversos sindicatos e centrais como CUT, CTB, Força, UGT, CSP/Conlutas, CGTB, CSB e NCST, além de diversas organizações populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Uma das pautas principais de luta desses trabalhadores foi contra o Projeto de Lei 4.330/2004 de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PL-GO). Tal projeto intensifica o processo de precarização do trabalho, uma vez que, dispõe sobre o contrato de prestação de serviços a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. A terceirização funciona como mecanismo de redução de direitos trabalhistas, bem como, enfraquece os movimentos sindicais, pois divide os trabalhadores em diversas categorias e debilita bastante a unidade e força trabalhista.

Além dessas pautas, os protestos no cenário brasileiro envolveram de forma significativa os debates em torno da saúde e da educação. As manifestações relacionaram inúmeras vezes a escassez e o sucateamento de tais serviços públicos o que representou em nosso banco de dados respectivamente 6% e 4% dos motivos mapeados nas manifestações de 2013. As manifestações denunciaram a falta de diálogo e de respostas do Governo Federal em prol de melhorias concretas para a saúde e a educação e que as atuais medidas tomadas não correspondem às necessidades da atual conjuntura. Evidencia as conseqüências de uma política econômica que vem ao longo de anos reservando parte significativa do orçamento interno para o pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos em políticas públicas e sociais.

Foram vários momentos em que manifestantes se organizaram para exigirem mais investimentos na saúde pública, denunciando ainda os crescentes processos de privatizações dentro do

sistema de saúde. Um dos pontos centrais nas manifestações foram as lutas contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que se apresenta na atual conjuntura como mais uma tentativa do Governo em colocar a privatização dos serviços públicos na ordem do dia. Tais processos de privatizações intensificam ainda as terceirizações dos serviços, quem vem ganhando força e que atinge de forma negativa a vida dos trabalhadores, com formas de contratações que não garantem nenhuma estabilidade, intensos processos de rotatividade afetam a prestação dos serviços com qualidade.

É importante destacar também que, entre junho e julho, a sociedade brasileira presenciou um cenário rico em articulações e movimentações que tomaram conta de todas as regiões e fizeram história na realidade brasileira. Com um primeiro passo na luta por melhorias no transporte público, o Movimento do Passe Livre (MPL), que surgiu em 2005, apresentou-se como pioneiro na onda de reivindicação vivenciada em 2013. Tendo como pauta central a redução das tarifas que haviam sido impostas pelos grandes monopólios do transporte, o MPL inaugurou uma onda de indignação com as mazelas e a desigualdade social que castiga cotidianamente a vida do trabalhador. Com a forte adesão por parte da sociedade civil, na semana do dia 17 de junho, o aumento das tarifas do transporte público foi revogado em diferentes cidades do país, trazendo uma vitória significativa para os manifestantes.

Vivenciamos, neste período, um intenso processo de repressão por parte do Estado com um aumento da violência utilizada pela polícia militar durante os atos. O uso legítimo da força armada é historicamente presente no combate burguês contra as organizações políticas dos trabalhadores e representa um perigo, no que tange a efetivação de uma democracia para além dos marcos burgueses. Em nossa história percebemos que todas as tentativas de articulação vindas de “baixo” sempre foram liquidadas pela burguesia, com apoio do Estado Nacional, que no intuito de manter o *status quo*, seus privilégios e poder, fizeram da polícia sua segurança privada. O poder público detém a prerrogativa do monopólio da violência o que fez engrossar o caldo das manifestações e reafirmar a falta de capacidade de fazer política e de diálogo do nosso atual governo diante as reivindicações do povo.

Os problemas sociais historicamente presentes em nossa sociedade foram potencializados de forma a gestar uma organização nas ruas mais intensa. Uma vez que as obras aprofundaram diferentes processos de exploração e precarização do trabalho - bem como, fez emergir processos de expropriação de direitos como o direito a cidade - percebemos nas cronologias que muitas das reivindicações levaram a organização de diferentes atores. Tal fator representa uma vitória no au-

mento da capacidade da sociedade civil de organização e de união para defesa e ampliação de seus direitos sociais, civis e políticos e no fortalecimento de sua capacidade em fazer política nas ruas. As reivindicações contra Copa implantaram um sentimento de luta conjunta em diferentes atores. Em segundo plano, nos mostrou a capacidade do Estado em remanejar todas as suas potências em prol das necessidades de acumulação. As grandes construções para viabilizar a realização do evento trouxeram para a vida do trabalhador brasileiro o acirramento das desigualdades sociais, o aumento da violência e a canalização de parcelas significativas do dinheiro público para essas construções. Ao fazer um recorte nas análises de 2013, temos que as jornadas de junho e julho se apresentaram como reflexo dos diferentes processos de reivindicações que denunciaram o sucateamento dos nossos serviços públicos e as mazelas sociais advindas de uma política econômica que beneficia e prioriza uma elite comprometida e aliada com o capital financeiro internacional.

Considerações finais

Ao pensar a dinâmica da acumulação do capital, seus impactos em termos da questão social e seus rebatimentos no tocante à ofensiva político-econômica do capital face ao seu esgotamento na entrada dos anos de 1970, podemos compreender a vigência de um novo padrão de acumulação do capital e seus rebatimentos em termos de economia de trabalho vivo e crescimento de uma força de trabalho excedente; assim como o desmonte das políticas sociais públicas e os serviços a ela atinentes, com a transferência das obrigações do Estado para os indivíduos, responsabilizando-os pelas dificuldades que enfrentam. Por outro lado, diante da naturalização da Questão Social, os setores dominantes e as agências do governo adotam medidas modernizadoras para que grupos e classes permaneçam sob controle e não ponham em risco a “paz social” ou a “lei e a ordem”. (Iamamoto, 2007; Netto, 2001). Conforme destaca Ianni (2004), diante deste desenvolvimento avassalador, acentuam-se as expressões da Questão Social, apresentando diferentes aspectos econômicos, políticos e culturais. Acentuam-se os motivos de reivindicações e lutas dos trabalhadores que se realizam no âmbito da economia, política e cultura, sendo que as mais diferentes manifestações podem implicar tanto a reforma das relações e instituições sociais como a sua revolução. No atual cenário, cada vez mais presenciamos cenas que nos levam a era ditatorial, onde aqueles que lutam pela ampliação e melhoria dos seus direitos sofrem as consequências de um Estado cada vez mais repressivo.

No âmbito das delegacias e dos processos judiciais o que se viu durante os protestos de 2013 foi a utilização dos mais variados tipos penais (o "tipo penal" é a descrição da conduta proibida e punível pelo código e leis penais) para enquadrar e processar manifestantes presos durante os protestos. Diversos manifestantes foram enquadrados em crimes como formação de quadrilha, desacato, incêndio, dano ao patrimônio público, além da aplicação de leis e tipos penais flagrantemente inadequados ao contexto dos protestos sociais, como a Lei de Segurança Nacional, criada durante a ditadura militar para coibir atos que lesem a integridade territorial e a soberania nacional, o regime representativo e democrático e os chefes dos Poderes da União, em outras palavras, crimes que atentem contra a própria existência do Estado Democrático de Direito Brasileiro como ele é. (ARTIGO 19, 2014: S/P)

Mas um questionamento deve ser feito: que ordem é essa que eles tanto zelam e a quem atinge o descumprimento da ordem? Apesar da ampliação de suas funções, não se pode esquecer que o Estado não perde o seu caráter de comitê executivo dos interesses particulares das classes dominantes. Transformar a democracia num mecanismo formal de dominação burguesa tem sido uma característica marcante na história política do Brasil, ou seja, privilegia-se a constituição de uma democracia restrita, conservadora e que não garante a efetivação plena de direitos sociais básicos do conjunto das classes trabalhadoras.

Na soma dos fatos é perceptível que a tão propagada “democracia” que vivemos está baseada em um Estado acasalado com os interesses da classe burguesa nacional e internacional. Trazendo uma dinâmica que aprofunda a desigualdade social do país bem como dificulta e criminaliza as mobilizações da classe trabalhadora, suprimindo-as com seus mecanismos de força ou através de articulações políticas capazes de derrubar direitos historicamente conquistados. O sistema político brasileiro é avesso à participação popular. Formou-se um conjunto de instituições sem compromisso com a soberania nacional e com as demandas populares, e o desenvolvimento capitalista no Brasil não vem acompanhado de reformas estruturais básicas que favoreçam as classes populares. A luta de classes, então, é importante para que os direitos sejam garantidos. Nas palavras de Mauro Iasi (2014), não se deve “menosprezar o papel das lutas sociais e das mobilizações como fonte de resistência e defesa de direitos”. Assim ser cidadão e participar da democracia do nosso país não significa apenas escolher nossos representantes políticos.

Segundo o TSE, os jovens devem preferir as urnas às ruas porque nelas eles podem de fato “fazer parte da decisão”. Será? Não ficou demonstrado pela história recente o enorme poder que os grupos econômicos burgueses têm de intervir na decisão política dos ditos representantes, sejam eles parlamentares ou do poder executivo? Ao transferirmos o poder para esta “assembléia de homens”, ou para determinado homem ou mulher, aceitamos que depois de trabalhar toda uma vida devemos nos aposentar ganhando menos e termos nossa pensão reajustada de forma diferente daqueles que estão na ativa? Aceitamos que quase 50% do fundo público seja sangrado para banqueiros enquanto áreas essenciais como saúde ou educação fiquem com o que sobra, concordamos como uma política tributária na qual são os pobres que mais pagam imposto e os ricos gozem de uma infinidade de isenções e “incentivos”? (IASI, 2014: s/p)

Sendo assim, no tocante da realidade brasileira a acumulação capitalista traz diversos processos que aprofundam marcas de dominação e exploração da classe trabalhadora, historicamente presentes na estrutura social. Uma destas particularidades está no divórcio entre o desenvolvimento econômico e o social. As particularidades que abarcam a inserção do Brasil no processo de mundialização financeira envolvem a modernização das forças produtivas e também as relações arcaicas de trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que se tem a expansão da riqueza também se expande as desigualdades sociais, que são vistas também em grande número dentro do campo. Enquanto a democracia figura como retórica nos mais diferenciados (e até mesmo antagônicos) discursos e correntes políticas, ao mesmo tempo formas gritantes de segregação são significativamente ampliadas no mesmo ritmo de crescimento do desemprego e da precarização das relações de trabalho, acentuando-se, assim, os problemas sociais de uma imensa parcela da população.

Decerto, as modalidades de ajuste e das reformas estruturais implementadas na América Latina relacionam-se com as particularidades sócio-históricas do estágio de desenvolvimento do capitalismo em cada país, suas diferentes estruturas produtivas, suas trajetórias políticas e organizações sócio-institucionais (partidos políticos, sindicatos, organizações empresariais). Contudo, conservadas essas diferenciações, pode-se constatar que a crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, a privatização no atendimento das necessidades sociais das grandes maiorias, o crescimento das organizações não governamentais e a precarização do emprego são similitudes existentes em quase todos os países da região, o que traz à tona o desafio de se enfrentar essa questão criando formas coletivas de enfrentamento dessas desigualdades, desenvolvendo uma cultura democrática, resgatando a dimensão da esfera pública, e

mantendo a luta em defesa da cidadania no atual contexto de redução da dimensão social da mesma.

Neste quadro, a atual participação social de segmentos dos trabalhadores em espaços de deliberação das políticas sociais exige a construção de projetos que auxiliem no debate e compreensão sobre as diretrizes que compõem as orientações práticas do Estado, traduzidas nestas políticas sociais públicas, através do levantamento de mediações que contribuam para uma apreensão da natureza e abrangência destas políticas. A partir da compreensão do Estado e das políticas sociais como espaços de contradição e conflito, torna-se fundamental a discussão sobre as estratégias societárias que possam fortalecer a construção de um espaço público para realização efetiva dos direitos de cidadania dos trabalhadores.

Tais formulações apresentadas no presente trabalho também nos auxiliam a compreender e levantar novas questões acerca do atual período de consolidação de uma democracia vulgar em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antisistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003. Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista, conformando uma apologia a um desenvolvimento fundado no equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes. Na primeira etapa do governo Lula, por exemplo, ao mesmo tempo em que expandia-se a assistência social e aumentava-se o salário mínimo (concomitantemente com a expansão do crédito ao consumidor e dos empréstimos populares), realizava-se as contrarreformas da educação e da previdência.

Com ou sem prefixo “neo”, o desenvolvimentismo vem assumindo uma extraordinária centralidade nas narrativas de todos os domínios: “econômicos, como se uma alternativa ao Estado mínimo neoliberal; político, pois associado ao novo progressismo dito de cariz pós-neoliberal, e social, no sentido de que o seu compromisso mais profundo é com os chamados pobres, assegurando a estes renda mínima e certa socialização que os levam a serem ‘pessoas com capacidade para fazer acontecer’ alternativas econômicas” (Leher, 2012: p.18). Consolida-se o caráter extre-

mo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à orbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula esta amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma.

Constitui-se, assim, conforme nos esclarece Francisco de Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010), amplia tal formulação afirmando que este movimento que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo) formata na atualidade uma outra pedagogia: a da *socialização da sociedade brasileira* em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de sitiar a “grande política”.

A partir de análises sobre condições objetivas e subjetivas na atual estrutura societária, consideramos que as contradições são determinadas pelo capitalismo, que está “grávido” das crises do mundo (desemprego, prostituição infantil, cercamento de terras, extermínio dos pobres etc.), mas que *são os trabalhadores*, na leitura desta contradição, que fazem possível a transformação social. São os trabalhadores quem podem ver um outro mundo no horizonte e lutar por ele. Sem esta visão e a disposição para a luta, continuam as contradições do capitalismo. Portanto, quem define se estas contradições farão eclodir a transformação ou o esgotamento do planeta são os homens em luta.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, M. L. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Idéias*: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 4 (1 / 2): p. 99-114, jan./dez, 1997.

CECENÃ, Ana Esther. Estratégias de Construção de uma Hegemonia Sem Limites. In.: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Organizado por Ana Esther Cecenã. -1º Ed. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, Buenos Aires, 2005.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In.: *Les Temps Modernes*. Traduzido por Ruy Braga. V. 607, p. 7-28, 2000. Disponível em <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf> Acesso em: 14 Jul. 2014.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Boitempo, São Paulo, p.29-43, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

GEMARB. *Conflitos Sociais ocorridos no Brasil no ano de 2013*. Disponível em <<http://gemarbufop.blogspot.com.br/>>. Acesso em 21 de março de 2014.

IANNI, O. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Vozes, Petrópolis, 1985.

_____. A questão social. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v. 5(1), p. 2-10, janeiro/março, 1985. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 25 fevereiro de 2014.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Edusc, São Paulo, 2004.

IAMAMOTO, M. V. A Questão social no capitalismo. In: ABEPSS. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, n. 3, (jan./jun. 2001). ABEPSS, Grafline, Brasília. p.09-32, 2001.

_____. Serviço Social no Tempo do Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez, São Paulo, 2007.

LEHER, Roberto. Iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América latina, Plano de Aceleração do Crescimento e Questão Ambiental: desafios epistêmicos. In.: *Revista Outro Brasil*. Rio de Janeiro, v. 3, 2009.

_____. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia*. Crescimento econômico e reprodução da desigualdade. Cortez, São Paulo, 2012.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Abril Cultural, São Paulo, 1985.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. Paulus, São Paulo, 1997.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da 'questão social'. In: ABEPSS. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, n. 3, (jan./jun. 2001). ABEPSS, Grafline, Brasília. p.41-50, 2001.

_____.; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. Cortez, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: _____; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. Boitempo, São Paulo, p.21-27, 2010.